

## Entre ficção, há história: uma leitura de *Carta à Rainha Louca*, de Maria Valéria Rezende

Giselle Larizzatti Agazzi\* 

Raúl Cesar Gouveia Fernandes\*\* 

Maria Valéria Rezende, nascida em Santos, em 1942, cresceu em uma família que mantinha um ambiente caseiro permeado por literatura. Sobrinha-neta de Vicente de Carvalho, a autora afirma em uma de suas muitas entrevistas que não queria ter nascido em outro lugar nem em outro tempo, já que Santos à época era uma cidade que tinha gente do mundo inteiro e uma intensa movimentação cultural. Freira missionária, publicou sua primeira obra aos 60 anos de idade e não parou mais. Cultivando imaginação fértil e espírito lúdico, suas obras descrevem, como ela, uma trajetória diversificada, indo de seu *Ninho de haikais* (2018), poemas de estilo oriental, até *Quarenta dias* (2014), romance agraciado com o prêmio Jabuti. Com uma vida inquieta, Rezende conheceu inúmeros lugares no Brasil e fora dele; lugares e pessoas, comunidades, modos de vida, dicções, visões de mundo. Sua obra é uma homenagem às pessoas com as quais conviveu em sala de aula, mobilizando-as por meio de diálogos a construir saberes. Essa prática lhe permitiu colher as inúmeras histórias dos seus alunos, as quais perfazem as teias de sua literatura.

Maria Valéria foi responsável por publicar as cartas que Frei Betto escreveu na cadeia, contribuindo para a divulgação da Teologia da Libertação em toda a América Latina. Formada em Pedagogia, Rezende dedicou a vida à educação popular, desenvolvendo os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos propostos pela pedagogia de Paulo Freire. Mas não foi apenas na sala de aula que a escritora teceu o fio das relações de ensino e de aprendizagem investigadas por Freire. A professora também construiu sua obra literária a partir das reflexões e da concepção sobre ensinar:

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que

\* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo e professora da Universidade Metropolitana de Santos e do Centro Universitário FEI, São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: gisellelarizzattiagazzi@gmail.com.

\*\* Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo e professor de Ciências Sociais e Jurídicas no Centro Universitário FEI, São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: raulcgfernandes@gmail.com.

sua *presença* se vá tornando *convivência*, que seu *estar no contexto* vá virando *estar com ele*, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como *determinação*. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *história*, mas sou sujeito igualmente. No mundo da *história*, da cultura, da política, constato não para me *adaptar*, mas para *mudar* (FREIRE, 2017, p. 74).

*Carta à rainha louca* é um romance epistolar em que Isabel das Santas Virgens (dama de companhia de Blandina, filha do senhor de engenho para o qual seu pai trabalhava), surpreendentemente alfabetizada em pleno século XVIII, escreve para D. Maria I, conhecida como a “rainha louca”. O romance foi inspirado em uma carta que Maria Valéria Rezende descobriu, por ocasião de uma de suas pesquisas, no Arquivo Ultramarino de Lisboa, pertencente a fragmentos dos autos de um processo incompleto, movido pela Coroa portuguesa contra uma mulher que, contrariando as regras do império português, teria fundado um convento clandestino em Minas Gerais. Ao longo da *Carta à rainha louca*, a escritora percorre hipóteses para explicar como teria sido a vida daquela personalidade histórica no Brasil colônia, como teria ela aprendido a ler e a escrever e por quais razões teria sido acusada pela Coroa portuguesa:

Não cuideis que exagero, Majestade, pois é a pura verdade o que Vos digo. Esse é o destino das mulheres que, não sendo cativas por lei, talvez cheguem a viver em maior penúria e abandono do que as mulheres escravizadas e vendidas a bom preço nos mercados, porque a estas proveem os senhores de um mínimo para que não se lhes perca o cabedal, como não se deixa perder por nada uma mula ou um jumento, pois uma única negra jovem o bastante e de boa saúde para parir outros cativos ou bastardos para seu dono chega a valer muito mais do que um rebanho de dezenas de reses. Já as mulheres brancas que nada possuem, tal qual sou eu, que não servem para o trabalho nos canaviais e nas minas nem para parir crias cativas para seus senhores, sem dote para casar-se nem para tornar-se monjas nos mosteiros ou em simples recolhimentos desta terra, não estando destinadas a dar-se em matrimônio como penhor de alguma aliança, não se podendo tampouco vendê-las ou não se querendo comprá-las, nada valem, ainda menos se algum homem as desonrar à força, cousa tão fácil de acontecer nesta terra sem lei onde eles tudo podem (REZENDE, 2019, p. 12).

Ao longo de toda *Carta à rainha louca*, é possível identificar diversas vezes que atravessam a narrativa, fazendo ecoar as violências cometidas contra as minorias políticas, as quais ganham expressão nesse doloroso – ainda que bem-humorado – depoimento à rainha, apresentada ela mesma como mais uma mulher sob o jugo do patriarcado português.

## Cultura letrada, história, literatura

Entre outros aspectos, o processo encontrado por Maria Valéria Rezende em Lisboa despertou a curiosidade da autora por ter preservado uma carta em que a própria acusada apresenta sua defesa. Trata-se, com efeito, de circunstância insólita, uma vez que este é um dos poucos documentos da época que permite escutar a voz feminina, expressando-se em primeira pessoa. No entanto, dado que o processo preservado nos arquivos portugueses não revela com clareza a identidade daquela mulher que ousara contrariar os decretos da Coroa, Rezende recorre à imaginação, preenchendo com elementos ficcionais as muitas lacunas das informações históricas que conseguiu obter acerca do singular caso narrado no processo. E ao fazê-lo, mesmo sem pretender reconstituir com exatidão a biografia da personagem que serviu inspiração para a obra, *Carta à rainha louca* lança luz sobre a vida de grupos esquecidos pelo discurso historiográfico oficial sobre o Brasil setecentista.

Em primeiro lugar, chama a atenção que, mesmo sendo representante de extratos sociais menos favorecidos, Isabel das Santas Virgens, assim como a personagem histórica na qual foi inspirada, tivesse instrução suficiente para redigir de próprio punho sua missiva à rainha. O caráter excepcional de tal situação é ressaltado pelo fato de o acesso às letras no Brasil colonial ser um privilégio de pessoas tidas como de “maior qualidade” e, portanto, praticamente inacessível à maioria da população. Em um contexto em que até mesmo muitos filhos de grandes fazendeiros e comerciantes permaneciam analfabetos, não surpreende que houvesse ainda menos mulheres capazes de ler e escrever, circunstância que só começou a se alterar no século XIX (ZILBERMAN, 1993).

Além da proibição de tipografias no país, a importação de livros para a colônia sempre foi objeto de grande desconfiança e controle por parte das autoridades portuguesas, empenhadas em evitar a difusão de doutrinas consideradas perigosas ou subversivas. O sistema de ensino, concentrado inicialmente nas mãos de ordens religiosas, carecia de investimento público; o quadro desolador era completado pelo descrédito que até mesmo parte das elites econômicas votava ao saber escolar. Assim, não surpreende que as taxas de analfabetismo no Brasil fosse de cerca 80% durante o século XVIII (MARCHELLI, 2006).

Apesar de tudo, é certo que houve uns “poucos negros e mulatos”, homens e mulheres desfavorecidos, que “driblaram os obstáculos de acesso à instrução” (VILLATA, 1998, p. 235). Uma das brechas encontradas para aceder ao mundo da cultura letrada foi a participação nas lições de mestres, leigos ou religiosos, contratados por fazendeiros e comerciantes para promover a educação de seus filhos. Documentos da época dão conta de que alguns “moleques” – filhos de agregados e até mesmo de escravos forros – por vezes se beneficiavam da oportunidade. E é justamente este o caso que Maria Valéria Rezende retrata, com grande verossimilhança, na obra: na qualidade de dama de companhia de Blandina, filha de um grande proprietário rural, Isabel tem oportunidade de frequentar as lições do padre encarre-

gado de oferecer instrução à “sinhazinha”. Para Isabel, o aprendizado da leitura e da escrita representa a verdadeira possibilidade de libertação, tanto por abrir as portas para o conhecimento de si e do mundo, como pela possibilidade de adquirir voz própria numa sociedade em que mulheres, negros e agregados não tinham vez. Neste sentido, *Carta à rainha louca*, ao mesmo tempo que enaltece o valor da leitura como fator de geração do sujeito, proporcionando-lhe meios para tomar consciência de si, de seus desejos e direitos, tece pesadas críticas à instrumentalização das práticas letradas, utilizadas como ferramenta a serviço do poder – situação que caracteriza não apenas o Brasil do século XVIII, mas perdura até hoje. Aqui, mais uma vez, as lições do mestre Paulo Freire ecoam na obra de Rezende.

Várias passagens do livro retratam a oposição existente entre a cultura oficial, com seus formalismos jurídicos vazios de sentido, e os saberes adquiridos por Isabel das Santas Virgens, carregados de experiência. Exemplo disso é a cena em que a personagem narra sua prisão. Diz ela, não sem ironia, referindo-se ao encarregado da missão: “Não me deixou nada dizer, mas concedia-me o direito de defender-me por escrito” (REZENDE, 2019, p. 140). Não pode passar despercebido o contraste entre o *dizer* e o *escrever*, como se a escrita não representasse autêntica forma de expressão individual, sendo, portanto, reduzida a mero detalhe burocrático, que de resto provavelmente não seria sequer levado em consideração pelas autoridades. O mesmo vale para a leitura: algumas linhas adiante, Isabel descreve como um dos soldados ali presentes, “com artes de comandante exibiu um papel e resmungava palavras incompreensíveis *como se o lesse*” (REZENDE, 2019, p. 141, grifo nosso).

Se para os representantes do poder a palavra escrita é destituída até mesmo de seu estatuto comunicativo e privada de significado, para Isabel, ao contrário, a leitura representa um “tesouro” que possibilita a abertura a novos horizontes, oportunidade de conquista de conhecimento e autonomia. Em época tão carente de livros, o acidentado percurso da personagem termina por conduzi-la a dois conventos, um dos poucos espaços dotados de bibliotecas no Brasil colonial, facultando-lhe acesso a preciosas oportunidades de exercitar a leitura, ainda que furtivamente.

É verdade que, em ambos os casos, sua passagem por tais instituições não foi motivada por decisão própria ou por vocação religiosa: no primeiro caso, ela seguiu o destino de sua senhora, Blandina, encerrada no Convento do Desterro, em Salvador, a fim de ocultar a desonra de ter engravidado ainda solteira. Mais tarde, após inúmeras andanças pelo país, Isabel é conduzida como prisioneira ao Recolhimento da Conceição, em Olinda, onde aguarda o julgamento das acusações que lhe foram imputadas e redige sua carta à D. Maria, a Louca. Durante sua permanência forçada nessas duas casas religiosas, ela encontra na leitura e na escrita um elemento de resistência diante da opressão de que era vítima.

Em um dos conventos por que passou, circunstâncias fortuitas permitem que Isabel tome posse em segredo de um único livro, intitulado *Lunário perpétuo*. A obra – hoje esquecida, mas extremamente popular na época – pode ser descrita como uma espécie de manual ou almanaque de vulgarização de conhecimentos

técnicos de variada natureza (com rudimentos de astronomia, física, medicina e higiene pessoal, entremeados de credences populares e fórmulas religiosas) e conheceu grande difusão no Brasil, especialmente no Nordeste, durante o século XVIII (FIGUERÊDO, 2014). É neste inesgotável manancial de informações que a personagem aprende, entre outras coisas, a confeccionar a tinta que usaria para redigir a epístola à rainha. Mas o valor do livro ciosamente guardado em seu quarto ultrapassa em muito a aplicação das notícias nele colhidas: as furtivas consultas ao *Lunário perpétuo*, nas noites solitárias do convento, proporcionam talvez a única oportunidade de recolhimento e reflexão, oferecendo alento para que Isabel suportasse o confinamento em que se encontrava. Em suas palavras, as constantes leituras e releituras da obra eram ocasião de “fartar-me, embriagar-me de letras e palavras, de conhecimentos, de ideias e dos sentimentos que elas me haveriam de trazer”. Daí que Isabel carinhosamente apelidasse seu livro de “tesouro perpétuo” (REZENDE, 2019, p. 36, 41).

### Mulheres e outros excluídos

O percurso de Isabel das Santas Virgens permite identificar duas dimensões opostas no que diz respeito às práticas de leitura e escrita no Brasil colonial: de um lado, havia o formalismo oficial, de normas vazias e autoritárias; de outro, as infinitas possibilidades no âmbito da experiência pessoal, representadas pela trajetória da personagem, para quem a palavra escrita é fator de libertação e resistência. Entre esses dois pólos, porém, havia um terceiro, também ele percorrido por Isabel: o da sociabilidade informal e clandestina.

Após deixar o convento onde Blandina faleceu, em suas perambulações pela Bahia e por Minas Gerais, Isabel emprega o valioso conhecimento das letras como meio de subsistência, copiando documentos, muitos deles falsos, redigindo cartas e elaborando textos diversos. Sintomaticamente travestida de homem, recurso necessário para gozar de relativa liberdade e segurança naqueles tempos, a personagem frequenta então todo um ambiente semi oficial, em que nada parece o que é e onde os instrumentos de controle por parte das autoridades são burlados por meio da mesma ferramenta que elas usam para registro e fiscalização dos habitantes da colônia: o prestígio da palavra escrita. E, dado que neste contexto as fórmulas oficiais não apenas são copiadas, mas também alteradas e ressignificadas, Isabel vai aos poucos produzindo seus próprios textos, ou seja, conquistando voz própria.

Nesse sentido, importa observar que é justamente então, vivendo num ambiente caracterizado pela imitação da linguagem oficial para burlar o controle dos agentes públicos (um ambiente, portanto, em que a cultura erudita e burocrática das elites se encontra e se combina com a criatividade travessa da tradição popular), que Isabel descobre a poesia. Dessa forma, Maria Valéria Rezende sugere que o lugar da literatura na sociedade colonial brasileira identifica-se com o espaço da dissimulação, da contrafação e, por isso, da liberdade – meio para escapar às malhas da vigilância exercida pelos agentes do poder. Exercitando sua arte de forjar

documentos, sob a proteção do fiel Gregório, antigo escravo de seu pai, com o passar do tempo Isabel começa a receber novos tipos de encomendas: a cópia de poemas, aos quais ela ocasionalmente acrescenta trechos de sua autoria. De início, teriam sido cópias (com emendas de lavra própria) de poemas de outro famoso Gregório, o “Boca do Inferno” – cuja obra, como se sabe, realmente conheceu grande difusão por meio de manuscritos avulsos e apócrifos em seu tempo –, o que sugere suposta intromissão da personagem na constituição do *corpus* do famoso poeta baiano (REZENDE, 2019, p. 129). Depois disso, contudo, durante sua passagem por Ouro Preto, a personagem progressivamente assume papel de maior protagonismo, compondo seus próprios poemas, ainda que ocultando sua identidade:

Correu pelas redondezas, à boca pequena, a excelência de meus préstimos. Eram várias as encomendas a chegar-me, pelas mãos de meu aparente escravo, para cópias de poemas dos muitos que ali se julgavam grandes poetas, e tantas fiz que logo me acostumei a imitá-los, compondo eu mesma os versos, pois para isso não me faltavam palavras tanto para versos de sublime amor, ou laudatórios ou piedosos, como para os de mofa e troça leve e divertida ou os descaradamente desavergonhados e satíricos que eu assinava com nomes de fantasia, criados por mim ou replicados de outros circulantes e famosos na região sem que ninguém assumisse abertamente sua autoria (REZENDE, 2019, p. 132-133).

Assim, a personagem, que inicialmente limita-se a copiar documentos, passa depois a adulterá-los e emendá-los, para finalmente assumir o papel de verdadeira autora. Em síntese, como se vê, a trajetória percorrida principia pela *reprodução* para chegar ao autêntico processo de *criação*. Após a travessia, Isabel das Santas Virgens finalmente está em condições de produzir sua grande obra pessoal: a carta dirigida à rainha, D. Maria I. A conquista da escrita, que é ao mesmo tempo a afirmação da própria voz, coincide, pois, com a construção do autoconhecimento e da autonomia: a oportunidade de expressar-se em primeira pessoa, assumindo a própria identidade, sem ocultá-la mais sob “nomes de fantasia”.

Na sociedade patriarcal, uma mulher que escreve para defender-se de acusações levianas tem certamente poucas chances de sucesso. Isabel sabe disso, pois repetidas vezes alude com certa cumplicidade à condição feminina da rainha e, em outras passagens, dá sinais de saber que a carta provavelmente sequer chegaria à destinatária. Não terá sido este também o destino daquela carta, encontrada por Maria Valéria nos Arquivos Ultramarinos de Lisboa, escrita pela brasileira acusada pela Coroa portuguesa no século XVIII? De toda forma, mesmo ciente de que sua epístola talvez não chegue a ser lida por D. Maria, Isabel prossegue sua narração; o ato de escrever é a possibilidade para organizar suas ideias, compreender sua história, reivindicar seus direitos e, afinal, manter-se firme na esperança:

Aqui me encontro, Senhora, ou seja lá quem me leia, à beira da minha minúscula janela – que já não tenho forças para ir em busca de lume contra a escuridão da noite e da minh’alma – a aproveitar os últimos raios

de luz do dia para escrever ainda, pois escrever tornou-se meu único socorro nesta vida sem sentido que é a minha, na esperança de que assim, das palavras, ainda que cada diz mais se embaralhem em meu pensamento, possa ainda surgir um destino, um norte, uma estrela a guiar-me (REZENDE, 2019, p. 142).

Saber ler e escrever, poder ler e escrever é o que caracterizava a chamada “primeira onda” do Movimento Feminista no Brasil, que tomou, nos últimos anos, novas formas, expressões e modos de se afirmar e de se desenvolver (em *Lugar de fala*, Djamila Ribeiro adverte para as mudanças em relação à compreensão do feminismo em “ondas”, ainda que seja essa a visão dominante da história do movimento). O avanço do movimento feminista e a conquista de inúmeros direitos não significaram, entretanto, a equidade entre os gêneros, mesmo no século XXI. Menos ainda se pode verificar em relação à igualdade entre negros e brancos. Se a educação passou a ser uma bandeira levantada por muitos movimentos sociais, a qualidade do ensino que é ofertada para pobres e ricos guarda diferença abissal. Se mais mulheres, negros e oprimidos conquistaram consciência sobre a situação que os violenta, os mecanismos de desigualdade social se tornaram ainda mais eficazes. Da “primeira onda” do movimento feminista à atualidade, muitas transformações ocorreram, mas é evidente que, de modo repetido, há também retrocessos seja do ponto de vista das conquistas sociais, econômicas ou culturais:

A história da condição da mulher brasileira não foge à regra universal de opressão da população feminina ao longo dos tempos. No Brasil Colônia, as índias, as negras e as brancas, cada uma com sua especificidade, foram exploradas pelos colonizadores e pela população masculina [...] Ocuparam um lugar secundário na incipiente sociedade brasileira da qual foram, desde o início, excluídas. Não sem rebeldia e resistência: as mulheres negras, com ações coletivas; e as brancas, quase sempre individualmente. O Golpe de 64 se propôs a liquidar de vez com o movimento democrático e progressista no país, reprimindo-o com violência e terror. Nesse processo, as mulheres foram duramente atingidas. Pela primeira vez, surgem no país organizações políticas de caráter eminentemente reacionário com o objetivo de manipular as mulheres para dar sustentação social às forças golpistas (TELES, 1999, p. 157-159).

Ao investigar a história por meio da ficção, Isabel das Virgens expõe o leitor às fundações machistas sobre as quais o Brasil foi construído – ou destruído –, abrindo os espaços necessários para compreender e desconstruir as inúmeras e pesadas camadas que se impuseram sobre as mulheres ao longo dos séculos.

### **Considerações finais**

Maria Valéria parte de pistas para construir o cenário possível e verossímil da trajetória de Isabel das Virgens. Por meio da imaginação, como Rezende gosta de

afirmar ao comentar sobre seu processo criativo, dá sentido às histórias, custurando eventos, factuais ou não, pelo fio da imaginação. Das suas linhas, a indignação de Isabel por sua sorte e a de sua senhora Blandina marca a escrita desta carta, que ao fim denuncia a violência e a opressão do império português contra os grupos vulneráveis: os marginalizados, as mulheres, os negros, os condenados a não terem voz nem letra. Conquistar socialmente a palavra se torna, pois, muito mais do que uma realização pessoal; trata-se de dar existência àqueles que são silenciados e esquecidos.

Como a história do Brasil demonstra, resistir à opressão não tem sido tarefa fácil, custando a vida de muitos. Mas não há outra forma possível de existência àqueles que acreditam que as violências precisam ser combatidas: “me parece uma enorme contradição que uma pessoa progressista [...] não seja criticamente esperançosa”. (FREIRE, 2017, 71). Essa contadora de histórias, que passeia entre a história e a ficção, contraria o estereótipo (com o qual ela mesma brinca) de que as freiras são “bobinhas”:

Passei a minha vida inteira andando pelo mundo. Ainda assim, as pessoas têm aquela ideia de que as freiras são meio bobinhas, meio burrinhas [risos]... Como pode escrever literatura e ainda ganhar prêmio? Inclusive, muitos jornais – tranquilamente, sem me perguntar nada – escrevem que sou “ex-freira”. Porque para eles é inconcebível que uma freira que continua a ser freira tenha o mínimo de inteligência. O fato é que nossa vida é o contrário do que propaga o modelito oficial (REZENDE in MORAES, 2017, s.p.).

Afirmando-se feminista, como sua própria atuação deixa claro, Rezende não tem dúvida de que, para encarnar o Evangelho, deve estar sempre ao lado dos oprimidos, dos grupos vulneráveis e das mulheres. Maria Valéria Rezende concretiza em *Carta à rainha louca* uma empreitada arqueológica, lançando luz a fatos soterrados pelo obscurantismo. Ao iluminar os porões da história do Brasil e tecer os fios da sua narrativa ficcional, a autora coloca o leitor em um esforço de imaginação capaz de recriar os nexos causais que explicam como se consolidou o sistema patriarcal. Mas não só. Encontrar novas formas de conhecer o passado é repensar o presente e problematizar o futuro, abrindo outras possibilidades de devir que não a mera repetição de experiências que condenam a realidade a se repetir. “Numa história assim determinada, as posições rebeldes não têm como se tornarem revolucionárias”, afirma Freire (2017, p. 73). Que as posições rebeldes sejam revolucionárias, ensina Isabel das Virgens, pelas mãos de Maria Valéria Rezende.

## Referências

FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes. As fortunas eruditas e populares do *Lunário Perpétuo*. *Imburana. Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-*



*Rio-Grandenses / UFRN*, Natal, n. 9, p. 23-35. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/imburana/article/view/6257>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 55 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e a educação no Brasil. *Educação Unisinos*, S. Leopoldo-RS, v. 10, n. 3, p. 187-200, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6060>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MORAES, Camila. Maria Valéria Rezende: “As pessoas pensam que freiras são bobinhas. Como podem escrever literatura?”. Entrevista concedida por Maria Valeria Rezende ao jornal *El País*. 24 fev. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/cultura/1487625634\\_391058.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/cultura/1487625634_391058.html)>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REZENDE, Maria Valéria. *Carta à Rainha Louca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 215-252, 1998.

ZILBERMAN, Regina. Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX. *Aletria: Revista de Estudos da Literatura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-47, set. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17616>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Recebido em 21 de janeiro de 2022.

Aprovado em 7 de junho de 2022.

## Resumo/Abstract

### Entre ficção, há história: uma leitura de *Carta à Rainha Louca*, de Maria Valéria Rezende

**Giselle Larizzatti Agazzie Raúl Cesar Gouveia Fernandes**

Inspirada pela descoberta de algumas correspondências no arquivo de Lisboa, nas quais se lêem a defesa de uma mulher brasileira perante a Inquisição portuguesa, Maria Valéria Rezende publica, em 2019, *Carta à Rainha Louca*. No romance, a narradora, Isabel, luta para sobreviver à ação violenta dos colonizadores contra mu-

lheres, negros e desfavorecidos, tecendo uma profunda análise das relações sociais estabelecidas no Brasil do século XVIII. A partir da reflexão sobre como a leitura e a escrita formam o esteio da luta feminista contra o patriarcado, que fincou raízes nas terras brasileiras com a chegada dos portugueses, o artigo pretende analisar as relações entre literatura e história, segundo o profícuo diálogo que esta *Carta* estabelece com alguns temas caros da obra do educador Paulo Freire.

**Palavras-chave:** literatura, história, feminismo, Maria Valéria Rezende, Paulo Freire.

**Inside fiction, there is History: a reading of *Carta à Rainha Louca* by Maria Valéria Rezende**

**Giselle Larizzatti Agazzi and Raúl Cesar Gouveia Fernandes**

Inspired by the discovery of some letters in Portuguese archives, in which a Brazilian woman defends herself against the Portuguese Inquisition in the 18th century, Maria Valéria Rezende published, in 2019, *Carta à Rainha Louca*. In the novel, the narrator, Isabel, struggles to resist the violence of colonizers against women, blacks and the underprivileged, undertaking a profound analysis of social relations established in colonial Brazil. Based on the reflection on how reading and writing form the mainstay of the feminist struggle against patriarchy, which took root in Brazilian lands during colonization, this paper aims to analyze the relationship between literature and history according to the fruitful dialogue established by this book with some important themes in the work of Paulo Freire.

**Keywords:** literature. History. feminism. Maria Valéria Rezende, Paulo Freire.